



## ***2º Relatório Periódico Sobre o Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial***

***GRUPO SEDMAR***

*Fevereiro de 2018*

Processo: **0010738-87.2014.8.16.0017**





## SUMÁRIO

<b>CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES.....</b>	<b>03</b>
<b>1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>	<b>04</b>
<b>2. CLASSE I – CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO.....</b>	<b>05</b>
<b>2.1 CLASSE I – CRÉDITOS ATÉ O LIMITE DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR .....</b>	<b>05</b>
<b>2.2 CLASSE I – CRÉDITOS ACIMA DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR .....</b>	<b>07</b>
<b>3. CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS – FORNECEDORES.....</b>	<b>08</b>
<b>3.1 CLASSE III – FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ATÉ R\$ 5.000,00 .....</b>	<b>09</b>
<b>3.2 CLASSE III – FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ENTRE R\$ 5.001,00 E R\$ 40.000,00 .....</b>	<b>10</b>
<b>3.3 CLASSE III – FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ACIMA DE R\$ 40.000,00 .....</b>	<b>11</b>
<b>4. CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>12</b>
<b>ANEXO I - CRÉDITOS ATÉ O LIMITE DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR</b>	
<b>ANEXO II - CRÉDITOS ACIMA DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR</b>	
<b>ANEXO III - FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ATÉ R\$ 5.000,00</b>	
<b>ANEXO IV - FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ENTRE R\$ 5.001,00 E R\$ 40.000,00</b>	
<b>ANEXO V - FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ACIMA DE R\$ 40.000,00</b>	
<b>ANEXO VI – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>	



**CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO PERIÓDICO SOBRE CUMPRIMENTO DO PRJ**

**RELATÓRIO PERIÓDICO SOBRE O CUMPRIMENTO DO PRJ**

**REFERÊNCIA: MÊS 02 / 2018**

**Processo: 0010738-87.2014.8.16.0017**

**Recuperandas: Nilo Transportes Rodoviários Ltda-EPP**

**Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda**

**Taimer Transportes Aéreos e Rodoviários Maringá Ltda**

**Administrador Judicial: MARCIO ROBERTO MARQUES**

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório periódico sobre o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos, faz parte do rol de deveres do administrador judicial, nos termos do art. 22 da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações até o presente momento (primeira quinzena de outubro de 2017), disponibilizadas pelas Recuperandas nos autos de Recuperação Judicial.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações financeiras apresentadas pelas Recuperandas nos autos, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pelo Administrador Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados um resumo sobre o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial.



## 1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Plano de Recuperação Judicial do Grupo Sedmar, juntado no mov. 1913.2, foi devidamente aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em **05/08/2015**, conforme ata juntada no mov. 2518.2. Ato contínuo, houve o deferimento da recuperação judicial, na forma do plano aprovado no mov. 2518.2, ocasião em que foi declarada a novação dos créditos anteriores ao pedido de recuperação judicial e sujeitos aos seus efeitos.

Assim, temos que a homologação do plano de recuperação judicial ocorreu em data de **22/10/2015**, conforme decisão interlocutória de **mov. 2612.1**, destes autos. As Recuperandas foram intimadas em 26/10/2015 (mov. 2613), bem como promoveram a leitura da intimação da referida decisão interlocutória em **05/11/2015 (mov. 2667)**, sendo este o marco inicial para o início da contagem dos prazos de carências e pagamentos.

Este relatório parcial possui a finalidade de informar aos credores e demais interessados sobre o andamento atualizado do plano de recuperação judicial, consolidando as informações pertinentes aos pagamentos realizados pelas Recuperandas, no que tange a todas as classes contidas no Quadro Geral de Credores, possibilitando desta forma, maior clareza no que tange a efetiva realização do plano.

Destarte, apresenta-se as informações sobre o cumprimento do plano de recuperação judicial, por classe e subclasse, conforme passa a expor.



## 2. CLASSE I – CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

O Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, no que tange aos créditos da CLASSE I - CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO, previu a seguinte forma de pagamento (pag. 100), constante no item 7.1.1:

*Os débitos de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial esses devem ser pagos no prazo de 30 (trinta) dias até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador. O saldo deverá ser pago no prazo de 1 ( um ) ano, juntamente como o crédito decorrente de acidentes de trabalho (Art. 54 Lei 11.101/2005).*

Desta forma, observe-se que existem 02 (duas) categorias de créditos a serem liquidados, sendo: a) CRÉDITOS ATÉ O LIMITE DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR – PRAZO 30 DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ; b) CRÉDITOS ACIMA DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR - PRAZO 01 (UM) ANO DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ.

A seguir serão apresentados os credores que compõem cada subclasse de trabalhadores, de acordo com os valores dos créditos e faixas de pagamento.

### 2.1 CRÉDITOS ATÉ O LIMITE DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR – PRAZO 30 DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

Nesta subclasse, o plano contemplou a existência de 109 credores trabalhistas, cujos créditos são decorrentes de verbas remuneratórias não pagas, sendo que as quantias individuais correspondem a valores inferiores a 05 (cinco) salários mínimos, tendo o prazo de 30 (trinta) dias para a efetivação do pagamento, contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Isto posto, informa este administrador judicial que realizou a conferência dos documentos juntados nos autos pelas Recuperandas, informando a realização dos pagamentos dos créditos trabalhistas.



Devido ao volume de informações, este Administrador Judicial optou por demonstrar os resultados das verificações realizadas, de maneira analítica por funcionário, no “**ANEXO I - CRÉDITOS ATÉ O LIMITE DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR - PRAZO 30 DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ**”, onde constam os valores e datas dos pagamentos, os números de movimentos nos autos em que estão juntados os comprovantes, bem como o percentual de liquidação dos pagamentos da subclasse no Plano de Recuperação Judicial.

Sinteticamente, informa que da análise dos 109 funcionários com créditos trabalhistas de valores compreendidos até 05 salários mínimos, contemplados no plano de recuperação judicial, constata-se o seguinte:

- 12 Créditos Trabalhistas: foram EXCLUÍDOS conforme decisão interlocutória de mov. 28.1, proferida nos Autos de Impugnação de Crédito nº 0004844-96.2015.8.16.0017;
- 69 Créditos Trabalhistas: foram apresentados os holerites assinados como comprovantes de pagamentos;
- 24 Créditos Trabalhistas: foram apresentadas as rescisões trabalhistas liquidadas, indicando o desligamento dos funcionários (no mesmo sentido das exclusões ocorridas nos Autos de Impugnação de Crédito nº 0004844-96.2015.8.16.0017);
- 04 Créditos Trabalhistas: foi constatado que as Recuperandas realizaram os pagamentos destes créditos posteriormente ao prazo previsto no plano, sob a alegação de que estes funcionários não aceitaram o recebimento dos créditos mediante assinatura de recibo, tendo em vista que na ocasião dos pagamentos, os mesmos estavam se desligando ou sendo desligados das empresas, ocasião em que tais desligamentos se deram de maneira conturbada. Tais funcionários não assinaram as rescisões de contrato de trabalho, e ato contínuo, manejaram Reclamatórias Trabalhistas (cujos extratos de processos foram juntados no mov. 2894). Contudo, após várias tentativas, as Recuperandas localizaram os dados das contas bancárias destes credores, bem como efetivaram as transferências bancárias dos valores dos referidos créditos atualizados (correção monetária e juros), conforme se evidencia nos comprovantes juntados na manifestação de mov. 2920.

Estes foram os resultados apurados com base na análise dos documentos juntados nos autos e informações apresentadas pelas Recuperandas sobre os pagamentos realizados para os credores desta subclasse, conforme apresentado analiticamente no anexo supramencionado.



## 2.2 CRÉDITOS ACIMA DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR - PRAZO 01 (UM) ANO DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

Apesar do Plano de Recuperação Judicial não ter contemplado a existência de credores trabalhistas, cujos créditos decorrentes de verbas remuneratórias não pagas, fossem superiores as quantias individuais fossem superiores a 05 (cinco) salários mínimos, houve posteriormente habilitações de crédito que deram origem a inclusão no Quadro Geral de Credores dos credores:

- BALTAZAR APARECIDO ROCHA - Habilitação de Crédito Autos nº 0007955-54.2016.8.16.0017 – Valor habilitado de R\$ 31.030,01;
- BENJAMIN DA SILVA MATRICARDI - Habilitação de Crédito Autos nº 0006413-64.2017.8.16.0017 – Valor habilitado de R\$ 38.401,39;
- ALEX SANDRO MIKAEL SILVA MARIN / ARTHUR DA SILVA MARIN (ESPÓLIO DE MAURÍCIO VIEIRA MARIN) - Habilitação de Crédito Autos nº 0013214-64.2015.8.16.0017 – Valor habilitado de R\$ 105.075,34.

Referidos créditos foram apurados e julgados procedentes nos respectivos autos de habilitação de crédito, nos quais foram determinadas as inclusões de crédito no Quadro Geral de Credores, pelos valores acima descritos. As determinações foram prontamente cumpridas por este Administrador Judicial, bem como requerido as intimações das Recuperandas sobre a inclusão dos créditos trabalhistas no Quadro Geral de Credores, a fim de que fosse promovido os referidos pagamentos.

Isto posto, informa este administrador judicial que realizou a conferência dos documentos juntados nos autos pelas Recuperandas, até o momento, informando a realização dos pagamentos dos créditos compreendidos nesta subclasse. Da análise dos comprovantes apresentados nos autos pelas Recuperandas, verificou-se que os pagamentos realizados para os credores desta subclasse totalizam os montantes supramencionados.

Considere-se no entanto que, tais créditos não existiam no momento da homologação do Plano de Recuperação Judicial, sendo todos incluídos após o julgamento das respectivas habilitações de crédito, que temporalmente ocorreram após o prazo de 01 (um) ano da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, tais créditos devem ter seus pagamentos analisados em relação a data de intimação da inclusão no Quadro Geral de Credores.

Nesse sentido, este Administrador Judicial optou por demonstrar os resultados das verificações realizadas, de maneira analítica, no “**ANEXO II - CRÉDITOS ACIMA DE 05 SALÁRIOS MÍNIMOS POR TRABALHADOR - PRAZO 01 (UM) ANO DA HOMOLOGAÇÃO DO PRJ**”, onde





constam os valores e datas dos pagamentos, os números de movimentos nos autos em que estão juntados os comprovantes, bem como o percentual de liquidação dos pagamentos da subclasse no Plano de Recuperação Judicial.

Em relação ao credor BALTAZAR APARECIDO ROCHA, cabe ressaltar que o pagamento ocorreu na integralidade, contudo em 06 (seis) parcelas de R\$ 5.172,00 (cinco mil, cento e setenta e dois reais) cada, nos termos expostos pelas partes, nos autos de habilitação de crédito, por meio da petição conjunta constante no mov. 135.1. Informe-se que tal composição não foi homologada pelo juízo nos autos de habilitação de crédito, tendo em vista não objeto daqueles autos o pagamento do crédito, e sim sua habilitação no Quadro Geral de Credores.

Diante da atipicidade e particularidade do caso, este administrador judicial informa os pagamentos realizados e permanece no aguardo do entendimento do juízo, quanto a aceitação ou não dos pagamentos realizados (totalizando R\$ 31.030,01) e informados nos autos de recuperação judicial, conforme apresentado analiticamente no anexo supramencionado.

### **3. CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS – FORNECEDORES (ITEM 7.1.2.1 DO PRJ)**

O Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, no que tange aos créditos da CLASSE III - CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS - FORNECEDORES, previu a seguinte forma de pagamento (pags. 101 - 103), constante no item 7.1.2.1:

*“Para fornecedores a empresa acumula uma dívida de R\$ 301.395,48 junto a 26 fornecedores, em sua maioria já vencida. Para fins de negociação os credores serão divididos em três grupos, a saber:*

- Fornecedores Diversos com valores a receber até R\$ 5.000,00;*
- Fornecedores Diversos com valores a receber entre R\$ 5.001,00 e R\$ 40.000,00;*
- Fornecedores Diversos com valores a receber acima de R\$ 40.000,00;”*

A seguir serão apresentados os credores que compõem cada sub-classe de fornecedores, de acordo com os valores dos créditos e faixa de pagamento.





### 3.1 FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ATÉ R\$ 5.000,00

O Plano de Recuperação Judicial contemplou a existência de 19 credores Fornecedores, cujos créditos correspondem a valores até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Para essa subclasse foi previsto que haveria 06 (seis) meses de carência, a partir da homologação do plano, para o início dos pagamentos, que deveriam ser realizados em 06 (seis) parcelas iguais. Apresenta-se a seguir a relação de credores desta subclasse:

CREDOR / FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A.	02.351.877/0001-52	94,77
IRMAOS BOTELHO & CIA LTDA – ME	07.080.016/0001-09	408,00
ROSELY DE MELO KUBICA – EPP	00.188.254/0001-85	459,00
PAPELARIA E ARMARINHO BOA ESPERANÇA LTDA – ME	07.842.499/0001-23	472,20
CASA DAS BATERIAS GALILEU EIRELI – EPP	55.194.856/0001-37	584,00
EDIESEL DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS LTDA – ME	80.341.647/0001-16	594,62
FABRICIA MOREIRA DE SOUZA CARVALHO – EPP	13.538.086/0001-52	859,00
ITATIAIA AUTOMOVEIS LTDA	02.747.365/0001-00	1.150,00
MÃO NA RODA CENTRO AUTOMOTIVO - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA – ME	10.441.415/0001-54	1.280,00
JOTA TRUCK COM. DE PECAS INSTRUMENTOS E ACES. P/VEICULOS LTDA–ME	08.382.136/0001-15	1.496,00
BIG PECAS COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA – ME	06.888.227/0001-00	1.498,03
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSP. DE CARGAS E LOGISTICA DE MARINGA	84.781.236/0001-00	1.634,00
PAPELARIA DEPEL LTDA – EPP	80.834.328/0001-42	1.964,16
A.M.C. DE SOUZA & CIA LTDA – EPP	02.579.728/0001-45	2.041,48
HERRADON VIAGENS E TURISMO LTDA – ME	05.489.643/0001-64	2.745,11
SPADIESEL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA – EPP	73.946.899/0001-03	2.802,00
BONSAI MOTORS VEICULOS LTDA	10.348.903/0001-11	2.982,59
WGS DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA	04.994.734/0001-94	3.034,00
T V RUGONI - OPERADORA TURISTICA LTDA – ME	17.138.502/0001-86	3.110,03
<b>TOTAL</b>		<b>29.208,99</b>



Verifica-se que as Recuperandas juntaram nos movs. 3018.2 à 3018.20, os comprovantes de pagamentos dos referidos credores, estando nos moldes contemplados no Plano de Recuperação Judicial, qual seja, em 06 parcelas com carência de 06 meses, a partir da data de homologação do plano.

Devido ao volume de informações, este Administrador Judicial optou por demonstrar os resultados das verificações realizadas, de maneira analítica por credor, no “**ANEXO III - FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ATÉ R\$ 5.000,00**”, onde constam os valores e datas dos pagamentos, os números de movimentos nos autos em que estão juntados os comprovantes, bem como o percentual de liquidação dos pagamentos da subclasse no Plano de Recuperação Judicial.

### 3.2 FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ENTRE R\$ 5.001,00 E R\$ 40.000,00

O Plano de Recuperação Judicial contemplou a existência de 05 credores Fornecedores, cujos créditos correspondem a valores compreendidos entre R\$ 5.001,00 e R\$ 40.000,00. Para essa subclasse foi previsto que haveria 12 meses de carência, a partir da homologação do plano, para o início dos pagamentos, que deveriam ser realizados em 12 (doze) parcelas iguais. Apresenta-se a seguir a relação de credores desta subclasse:

CREDOR / FORNECEDOR	CNPJ	VALOR
IMOBILIÁRIA PAIAGUÁS LTDA	78.410.701/0001-96	8.450,00
VITTA COMERCIAL LTDA – ME	11.044.244/0001-92	8.990,00
AUTO TINTAS M B LTDA – EPP	04.897.124/0001-72	14.977,00
RIBEIRO S A COMERCIO DE PNEUS	75.308.551/0001-16	15.958,43
PEMAZA S/A	05.215.132/0015-50	35.581,41
<b>TOTAL</b>		<b>83.956,84</b>



Isto posto, informa este administrador judicial que realizou a conferência dos documentos juntados nos autos pelas Recuperandas, até o momento, informando a realização dos pagamentos dos créditos compreendidos nesta subclasse.

Da análise dos comprovantes apresentados nos autos pelas Recuperandas, verificou-se os comprovantes de pagamentos realizados para os credores desta subclasse, estando nos moldes contemplados no Plano de Recuperação Judicial, quais sejam, em 12 parcelas com carência de 12 meses, a partir da data de homologação do plano.

Devido ao volume de informações, este Administrador Judicial optou por demonstrar os resultados das verificações realizadas, de maneira analítica por credor, no “**ANEXO IV - FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ENTRE R\$ 5.001,00 E R\$ 40.000,00**”, onde constam os valores e datas dos pagamentos, os números de movimentos nos autos em que estão juntados os comprovantes, bem como o percentual de liquidação dos pagamentos da subclasse no Plano de Recuperação Judicial.

### 3.3 FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ACIMA DE R\$ 40.000,00

O Plano de Recuperação Judicial contemplou a existência de 04 credores na subclasse de créditos quirografários de **Fornecedores com valores a receber acima de R\$ 40.000,00**, sendo:

FORNECEDOR / FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
UNIPETRO PARANA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA	05.819.907/0001-09	71.340,00
AUTO POSTO FONTE LUMINOSA LTDA	45.273.885/0002-11	102.712,36
ELLENCO SOLUCOES PARA TRANSPORTE LTDA	04.862.831/0002-04	116.889,65
CLARO S.A.	40.432.544/0752-36	182.672,08
<b>TOTAL</b>		<b>473.614,09</b>



Isto posto, informa este administrador judicial que realizou a conferência dos documentos juntados nos autos pelas Recuperandas, até o momento, informando a realização dos pagamentos dos créditos compreendidos nesta subclasse.

Da análise dos comprovantes apresentados nos autos pelas Recuperandas, verificou-se que os pagamentos realizados para os credores desta subclasse até a parcela 03/60, ou seja, até o momento, estão nos moldes contemplados no Plano de Recuperação Judicial, qual seja, em 60 parcelas com carência de 24 meses, a partir da data de homologação do plano, com exceção apenas da parcela 01/60 do credor Unipetro Paraná Distribuidora de Petróleo Ltda, que foi paga em 06/12/2017 e o vencimento estava previsto para 30/11/2017. Questionadas sobre o fato, as Recuperandas alegaram que os 06 (seis) dias de atraso se deram em função da demora do referido credor em apresentar os dados bancários.

Este Administrador Judicial optou por demonstrar as informações sobre os futuros pagamentos, de maneira analítica por credor, no “**ANEXO V - FORNECEDORES COM CRÉDITOS A RECEBER ACIMA DE R\$ 40.000,00**”, onde constam os períodos de carência, bem como os valores e datas previstos para os pagamentos.

#### 4. CLASSE III – CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (ITEM 7.1.2.2 DO PRJ)

O Plano de Recuperação Judicial contemplou a existência de 04 credores na subclasse de créditos quirografários de Instituições Financeiras, sendo:

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	CNPJ	VALOR TOTAL
Itaú Unibanco S.A.	60.701.190/0001-04	2.416.539,26
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	705.088,11
Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001/91	4.348.504,12
Banco Santander (Brasil) S.A.	90.400.888/0001-42	72.696,68
<b>TOTAL</b>		<b>7.542.828,17</b>



Em relação a estes créditos, a fase de pagamento ainda não foi iniciada, tendo em vista que tais créditos aguardam o término do período de carência, que é de 36 meses a contar da homologação do plano.

Este Administrador Judicial optou por demonstrar as informações sobre os futuros pagamentos, de maneira analítica por credor, no “**ANEXO VI - CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (ITEM 7.1.2.2 DO PRJ)**”, onde constam os períodos de carência, bem como os valores e datas previstos para os pagamentos.

Sendo o que se cumpria reportar, apresenta-se este relatório parcial de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Por fim, este administrador judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 22 de fevereiro de 2018.

MARCIO ROBERTO MARQUES  
ADMINISTRADOR JUDICIAL  
OAB/PR - nº 65.066

